

A CULTURA BRASILEIRA

A Comissão Censitária de nosso Instituto iniciou as publicações do Recenseamento de 1940 com a *Introdução* do professor FERNANDO DE AZEVEDO sobre a *Cultura Brasileira*. Esta obra, agora no domínio público, justifica plenamente a iniciativa da Comissão que a encomendou e a patriótica coragem do autor que aceitou o convite. Sem exagêro, pode ser considerada como um balanço de nossa situação cultural que muito poucos estavam em condições, não direi de escrever, mas mesmo de planejar. Foi de fato, o plano de FERNANDO DE AZEVEDO que resolveu o problema, pois representa uma das melhores coordenações de pensamento jamais obtidas em nossa língua.

FERNANDO DE AZEVEDO é conhecido entre nós como sociólogo, erudito e educador. Consistiu o seu plano, simplesmente, em abrir para cada um destes seus três predicados um campo de pesquisas em que se puderam revelar. Isto feito, estas três modalidades de seu espírito entraram sucessivamente em ação.

Na primeira parte — *Os Fatores da Cultura* — aparece o sociólogo, estudioso do país, de sua raça, do trabalho humano, de sua sociologia urbana e política, (aliás uma das características da sociologia de FERNANDO DE AZEVEDO é de ser filosófica)

Na segunda parte — *A Cultura* — surge o letrado cujo preparo científico é quase comparável à sua erudição literária. Para quem conhece FERNANDO DE AZEVEDO o primeiro capítulo desta parte é uma obra prima de imparcialidade.

Na terceira parte — *A Transmissão da Cultura* — destaca-se o educador que traça um largo quadro da evolução educacional do país, desde os tempos coloniais. São estudados principalmente os últimos decênios, nos quais o autor teve uma atuação tão considerável na renovação de nosso ensino. Ai ainda, é justo salientar a imparcialidade que ditou minuciosa relação dos movimentos mais recentes registrados neste setor.

*

Ao iniciar a sua obra, FERNANDO DE AZEVEDO consagra algumas páginas à significação que pretende dar à palavra "cultura". Citou os diversos sentidos que lhe são atribuídos, os conceitos anglo-americanos que incluem entre os processos de cultura encarados o conjunto dos fenômenos sociais. Para o estudo de nossa cultura, o autor prefere o ponto de vista clássico enunciado por HUMBOLDT que estabelece a distinção entre "cultura" e "civilização". Este último termo abrangeria tudo que, na ordem material, no desenvolvimento dos costumes e na organização social, torna os povos mais humanos nas suas instituições e na sua mentalidade. Cultura, por sua vez, designaria refinamento, marcado pelo estudo desinteressado das ciências e das artes. É, pois, um estado moral, intelectual e artístico "em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e artes".

Limitando assim o conceito de cultura, o autor se propôs examinar a produção, a conservação e o progresso dos valores que constituem a função intelectual da sociedade e criam a atmosfera espiritual de sua vida. A transmissão destes valores incumbe às instituições educacionais. Neste estudo, o autor procura as ligações entre a cultura brasileira e a cultura ocidental, salientando os aspectos particulares que resultam do meio e das condições diversas de nossa evolução.

*

Das três grandes sínteses elaboradas por FERNANDO DE AZEVEDO no seu trabalho, é a Primeira Parte que mais interesse oferece ao geógrafo, porque nela encontra, numa centena de páginas, uma verdadeira geografia humana do Brasil em cinco capítulos, reveladores de uma erudição rara, de um conhecimento real da bibliografia sociológica sobre o assunto. Como tal, é de especial proveito a sua leitura ao geógrafo patricio que procura uma interpretação social da nossa antropogeografia.

Passemos ao capítulo "O País e a Raça" no qual além dos "geógrafos", nossos conhecidos, o autor cita ARTUR RAMOS, ROQUETE PINTO, BALDUS, ALFREDO ELLIS JÚNIOR, OLIVEIRA VIANA, ESTÊVÃO PINTO, TESCHAUER, GILBERTO FREIRE, NINA RODRIGUES, CAPISTRANO DE ABREU, EUCLIDES DA CUNHA, AFRÂNIO PEIXOTO e ALMEIDA PRADO.

O capítulo sobre "Trabalho Humano" é um apanhado histórico dos vários tipos de vida econômica que o meio tropical levou os colonizadores a adotar. "É com a formação patriarcal e a economia escravocrata que o conquistador se transforma de traficante em colonizador, diz FERNANDO DE AZEVEDO, realizando

a posse do meio geográfico e sempre, ainda que somente ao longo do litoral, como modificador da paisagem, violentando a natureza, para sobrepor às regiões naturais uma paisagem cultural, fortemente caracterizada pela "casa grande" (é a casa que revela o homem) pela senzala, pelos engenhos e canaviais e por toda esta floração magnífica de arquitetura colonial das fortalezas, das igrejas e dos conventos" Esta fase pinta toda uma época da nossa história. Nas páginas consagradas à nossa economia, o autor se baseia nos melhores escritores recentes: ROBERTO SIMONSEN, SÉRGIO MILLIET, CALÓGERAS, GILENO DE CARLI, BARBOSA LIMA SOBRINHO e outros. O nosso surto industrial é explicado como a resultante de nossa economia e principalmente da riqueza cafeeira de São Paulo.

*

De todos os capítulos da Primeira Parte, o mais sugestivo para o estudioso da Geografia Humana do Brasil é incontestavelmente o que se refere às "Formações Urbanas". O autor começa lembrando o papel que desempenham as cidades em todas as civilizações, como fenômeno de concentração que constituem instrumentos de seleção social, estimulam forças intelectuais, intensificam energias coletivas e desenvolvem as capacidades latentes dispersas na população. Aplicado este critério às nossas cidades nos tempos da Colônia e do Império, compreende-se melhor a ascensão, a decadência, as deslocamentos do eixo econômico que representam, dando o sentido da nossa cultura "voltada para o Atlântico", suas flutuações e seus ritmos.

Sem se restringir a rigorosa ordem cronológica o autor escreve páginas, das quais, com a devida vênia extraímos alguns tópicos ilustrativos.

Resume as origens de nossas primeiras cidades nas seguintes palavras:

"A extensão enorme da costa e a necessidade de nela estabelecer, para a sua defesa, os primeiros núcleos de povoamento, e, sobretudo, os objetivos de Portugal que antes cuidava de explorar do que de colonizar, impuseram aos conquistadores da terra o sistema de povoação marginal e os levaram a semear de vilas e colônias o litoral imenso, nas enseadas e ancoradouros que oferecessem abrigo seguro às suas naus, galeões e caravelas. As antigas povoações e feitorias, anteriores à divisão do Brasil em capitânias hereditárias, com Olinda e Iguaraçu, em Pernambuco, Santa Cruz, na Bahia, Cabo Frio e Rio de Janeiro (Vila Velha) e as velhas vilas primitivas, como São Vicente, fundada por MARTIM AFONSO em 1533 e Olinda, por DUARTE COELHO, no regime das capitânias hereditárias, não tiveram outras origens e denunciam, nas crises que atravessaram e às quais algumas sucumbiram, as dificuldades extremas de sua formação. O único núcleo colonial mais afastado do mar é a vila de Piratininga fundada no planalto por MARTIM AFONSO, e em que já habitava o famoso João RAMALHO, com os mamelucos, seus filhos e parentes. Nas capitânias, que partiam todas de beira mar para o ocidente, até onde estentassem com as colônias espanholas, o que importava, antes de tudo, era a defesa contra os ataques do gentio e dos corsários que estrangiam a colonização incipiente, e já em perigo, na estreita faixa de terra entre a vastidão do oceano e a dos sertões, povoadas de numerosas tribos selvagens. A evolução do particularismo feudal para o absolutismo da coroa, com o malogro do sistema das doações e a conseqüente criação do governo central, se trouxe grande impulso à colonização, não podia mudar por si, como não mudou, a situação difícil, dessas formações urbanas, embrionárias e dispersas e às incursões dos índios. Surgem, no entanto, nesse período, as primeiras cidades, a de Salvador, em que TOMÉ DE SOUSA estabelece a primeira capital do Brasil, a de São Sebastião do Rio de Janeiro que ESTÁCIO DE SÁ funda em 1566, junto ao Pão de Açúcar, e MEM DE SÁ transfere, em 1567, para o Morro do Castelo, depois de sua vitória sobre os franceses, eleva-se à categoria de vila a povoação de Santo André da Borda do Campo, e Piratininga que deveria ter, mais tarde, com as bandeiras, um papel preponderante na conquista dos sertões, e se consolida, no planalto, na luta contra a confederação dos tamoiós. Entrepostos de comércio marítimo, antes de tudo, essas vilas que já formavam povoações regulares, ao longo da costa, como São Vicente, Rio de Janeiro, Vitória, Bahia e Olinda e de que partiam naus carregadas de pau-brasil e especiarias, eram ainda pequenas "cidades-fortalezas" erguidas numa colina e amuradas, como a do Rio de Janeiro, Vitória e Bahia, e guarnecidas todas de fortes, para a defesa contra a invasão que se tornaram extremamente perigosas com as

investidas dos franceses, no século XVI (1555-1594), com os assaltos dos corsários ingleses e, no século XVII, com a guerra e a ocupação holandesa”

Em seguida, FERNANDO DE AZEVEDO, analisando a nossa posição “voltada para o Atlântico”, lembra que a cidade brasileira primitiva tinha duas funções primordiais: militar e comercial, devidas ambas à sua situação marítima. A cultura da cana veio introduzir a terceira função agrícola e fixadora ao solo. Daí a colonização do litoral

Descreve então do seguinte modo as cidades dos dois primeiros séculos:

“As maiores cidades do século XVI e dos princípios do século XVII, Bahia, Olinda, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, não passavam, no entanto, de lugarejos mal construídos e abandonados a si mesmos, que cresciam, sem nenhum plano preconcebido, não obedecendo, ao menos no período primitivo de sua história, senão às leis gerais que regem o desenvolvimento de toda aglomeração. Nessas formações burguesas, constituídas de funcionários, mercadores e oficiais mecânicos, misturavam-se portugueses reinóis e nascidos no Brasil (mazombos), mestiços, índios e africanos, associados ainda à maneira de acampamento num verdadeiro tumulto de raças e de grupos, parasitando à sombra e sob a influência dos grandes senhores de engenho. O que então se podia chamar um “povo” não era, nas expressões de GILBERTO FREIRE, mais do que um aglomerado de mestiços independentes, junto com mecânicos e mascates de origem européia e que, a calcular pela população total do Brasil avaliada em 50 mil habitantes por essa época, não constituíam senão escassa população em cada um desses núcleos urbanos. A miséria nessas primitivas cidades, heterogêneas e por isto mesmo pitorescas, irrequietas e turbulentas, constatatava com o esplendor da sociedade rural, cuja riqueza transbordava nas casas que os senhores de engenho possuíam na cidade, nos esbanjamentos de festas e banquetes e nas touradas de cavalladas. É que, com o desenvolvimento da cultura do açúcar, a maior parte da população se concentrava nos latifúndios, em que se formavam pequenas sociedades, complexas, também heterogêneas, mas poderosamente estruturadas. Sem relação umas com as outras, “verdadeiros núcleos autônomos, diz OLIVEIRA VIANA, tendo a sua economia própria, a sua vida própria, a sua organização própria”, ou “outras tantas vilas”, na expressão de SIMÃO DE VASCONCELOS. A solidez de sua estrutura social em que se superpunham, rigidamente hierarquizadas, as suas três classes, — a dos senhores, a dos homens livres, rendeiros de domínio, e a dos escravos que são os operários rurais —, assegurava aos latifúndios um predomínio esmagador, tanto do ponto de vista social como econômico, sobre as formações urbanas. A necessidade de condensação, nesses vastos domínios, de uma população numerosa, as grandes distâncias que separavam uns dos outros, e a concentração de todas as pequenas indústrias nos engenhos já numerosos, que tudo possuíam e onde tudo se fabricava não somente davam à sociedade colonial, na justa observação de OLIVEIRA VIANA, “um aspecto ganglionar e dispersivo, de extrema rarefação”, mas estrangulavam, no seu impulso inicial, as aglomerações urbanas que passaram a gravitar na órbita e na dependência dos grandes proprietários de terras. A cidade era o lugar a que se ia, para fugir ao tédio e à fadiga dos trabalhos do campo, para expandir, nas tropelias de potências, o instinto de dominação e para a ostentação fácil de opulência e de fausto que à nobreza do país, constituída pelos senhores de engenho, permitiam as riquezas acumuladas nos seus latifúndios”.

Estuda a este propósito o fenômeno que se dá no século XVIII quando, seguindo nova política, a Metrópole se liga aos comerciantes e à plebe das cidades contra os magnatas rurais, deslocando assim, para as cidades coloniais, que vão enriquecendo, o eixo de gravitação social do país. A sociedade urbana é heterogênea, formada de forasteiros, de judeus, de mascates, de brancos e mestiços, de negociantes, levados pelo espírito de aventura comercial e opostos a todos os privilégios. É novamente a cidade, inquieta, democrática, demagógica que se levanta para enfrentar a conservadora e arrogante aristocracia rural. Daí o choque, em Olinda, em 1710, que foi mais do que uma simples “reação nativista” como se ensina correntemente.

Volta, então, a sua atenção para a penetração da terra, pelos colonos e pelos missionários, que revelam a sua etnia portuguesa pela toponímia que escolhem na formação de seus primeiros núcleos interiores. A irradiação no planalto sulista

adota mais freqüentemente toponímia indígena. O que ganham em profundidade estas correntes povoadoras perdem elas em intensidade de vida urbana, pois o despovoamento de Piratininga em favor do povoamento do sertão não dá para formar núcleos urbanos de alguma importância no XVIII século. Entretanto, chega a hora das usinas entrarem na nossa história. Diz o autor:

“Onde se vai produzir mais intensamente o fenômeno de concentração urbana é nas regiões de minas, descobertas pelos desbravadores paulistas, nas suas formidáveis incursões pelo sertão. Mas o fenômeno urbano que não se deve confundir com o de povoamento primário, feito por uma grande variedade de sistemas e por etapas, não se processou senão através de dificuldades e, a princípio em luta contra dois fatores de dispersão e mobilidade das populações sertanejas, atraídas de todos os pontos para as “minas gerais” pela ilusão sedutora da riqueza fácil e rápida, na exploração do ouro. A notícia do sucesso das bandeiras, afluem da Metrópole e da colônia, das aldeias de Portugal como das vilas brasileiras, e até dos recôncavos e do fundo dos sertões, um mundo de imigrantes, brancos, negros, índios e mestiços, aventureiros reinóis e sertanejos da Bahia, que vem juntar-se aos paulistas, senhores, por outorga de concessões reais, das terras descobertas. Multiplicam-se, na região das minas, os arraiais, as povoações e as vilas; e os primeiros centros mineradores, Cataguases e Sabará, Vila Rica e Mariana (estas três últimas elevadas a vila em 1711), Caeté e Queluz, “são, por seu turno, os focos originários de um sem número de vilas, aldeias e arraiais que se distribuem pelos vales do rio das Velhas, do Paraopeba e do São Francisco e pelas chapadas das serranias”. A população crescente de forasteiros, atraídos de longas terras pela obsessão do ouro, em vez de se concentrar em algumas vilas, dispersa-se, fragmenta-se e como que “se pulveriza” em um número extraordinário de arraiais e povoações que, desenvolvendo-se antes de tudo pelo vale do rio das Velhas, se estende pela bacia do Jequitinhonha, onde surgem, fundadas ainda por paulistas, as vilas de Diamantina, Grão Mogol e Minas Novas. Esse fenômeno de dispersão que se explica já pela marcha do sertão a dentro, sempre à cata de novas minas, já pelas lutas entre emboabas e paulistas que, desalojados de suas terras, continuam a penetração dos sertões por Mato Grosso e Goiás até onde não chega a cupidez do português intruso, já pelo desassossêgo que reina na capitania, devido às extorsões do fisco, tem a acentuá-lo ainda mais a própria natureza da exploração do ouro de aluvião, que se depositava nos leitos e nas margens dos rios. A facilidade com que as minerações mudavam de local, favoreceu não apenas o desenvolvimento do espírito de insubmissão que fermentou nas minas, mas a dispersão dessas populações heterogêneas e flutuantes, deslocando-se constantemente em busca, ou à primeira notícia, da pepita que brilha na areia do rio ou se oculta nas vertentes das serras. Só mais tarde, a partir de 1720, como observa BARROS LATTIF, os trabalhos vultosos exigidos pelo ouro de montanhas radicam o homem à terra, e a concentração dos mineradores, pela estabilidade do trabalho, fazendo a população perder o caráter nômade, aventureiro, contribui para fixá-la e leva os senhores de lavras a construir suas casas junto às minerações”.

“Assim, pois, se o século XVII, o das bandeiras, foi o século da expansão, da conquista e do povoamento, o século do ouro, o XVIII, foi, com o declínio do patriarcalismo rural, no norte e do movimento das bandeiras, ao sul, o século do desenvolvimento das cidades, onde se formara e já ganhava corpo a nova classe burguesa, ansiosa de domínio, e já bastante forte para enfrentar o exclusivismo das famílias de donos de terras”.

Ao lado das cidades resultantes do fator mineração, FERNANDO DE AZEVEDO estuda as povoações resultantes do fator criação, e verifica que, junto a pousos, feiras ou fazendas de gado, também cristalizam formações urbanas. Estas, porém, se desenvolvem mais lentamente, se diferenciam pela natureza da produção, não constituem focos poderosos de atração das massas humanas senão quando, emancipados do comércio de gado, adquirem condições de vida própria.

O sociólogo, ao analisar a ascensão da classe comercial, dos burgueses, negociantes e banqueiros verifica a transferência do eixo econômico da “casa grande” para os “sobrados”. Mas, na extensão territorial considerável sobre a qual estão

disseminadas, as aglomerações urbanas não passam de aldeias grandes: as distâncias, o isolamento, a dispersão, as flutuações econômicas, tudo impede a formação de grandes focos, tudo impele a emigrar, pois o apêgo ao solo só pertence às populações amadurecidas. De fato, as migrações internas sempre foram, entre nós, um dos processos característicos de nossa formação social, na qual o sertão e o latifúndio tiveram papel tão decisivo.

Por fim, passa o autor a descrever o fenômeno urbano no Brasil do XIX século. Faz um quadro da vida da cidade do litoral e explica a decadência progressiva da aristocracia rural, lembrando a influência que tiveram a abertura dos portos, em 1808, e a atuação de D. João VI. Reduz a suas verdadeiras proporções o papel que desempenhou, entre nós, a indústria no XIX século, estuda as conseqüências demográficas da abolição que determinou um centripetismo que a imigração, a riqueza cafeeira, a indústria, o sistema ferroviário vieram acelerar. O XX século é apresentado pelo autor nas seguintes palavras:

“Sob o influxo do café, da imigração e das indústrias, não é apenas a cidade da baía de Guanabara que se transforma radicalmente para tomar as proporções e os aspectos de uma grande metrópole, em constante evolução. A velha cidade colonial, saneada por OSVALDO CRUZ e remodelada por PEREIRA PASSOS (1902-1906), que rasga a Avenida Rio Branco e, com suas iniciativas reformadoras, abre novas perspectivas ao progresso urbano, adquire um extraordinário desenvolvimento “em superfície”, estendendo-se ao sul por magníficos bairros residenciais, ao longo das praias, em Copacabana e Ipanema, que se comunicam por meio de túneis com o centro da cidade, para começar, depois de 1930 a crescer rapidamente em sentido vertical, pela multiplicação de arranha-céus. A cidade de São Paulo, que já em 1867 estava ligada ao seu pórtico de mar, em Santos, pela São Paulo Railway, e em 1877 ao Rio de Janeiro, pela Central do Brasil, dá um salto de 70 mil habitantes em 1886, para 1 200 000 habitantes, em menos de 50 anos iniciada a sua remodelação por ANTÔNIO PRADO em 1910, a mais antiga cidade do planalto, situada agora no nó de seis estradas e no centro ferroviário de uma rede, cujos trilhos chegam ao Rio, Minas, e Goiás, Mato Grosso e Paraná, cortando o Estado em quase todas as direções, não cessa de desenvolver-se, em torno do primitivo núcleo central que se alarga e se transforma, para se cingir, na periferia, com a sua esplêndida coroa de fábricas e de cidades jardins”.

“Certamente, onde as populações se condensam, atingindo o maior grau de concentração e de intensidade de vida urbana, é nas cidades, capitais políticas, cujo papel e desenvolvimento se explicam, em grande parte, pelas vias de comunicação que comandam, como portos marítimos ou fluviais, ou como centros de sistemas ferroviários. Todas essas cidades, de Pôrto Alegre e Manaus, passando por Florianópolis, Santos, Vitória, Bahia, Fortaleza, Recife, Paraíba, São Luís do Maranhão, Belém do Pará, na orla marítima, e as que se acham encravadas no planalto central, como Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e Cuiabá, desenvolveram-se de maneira desigual, menos sob a influência de suas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriu o crescimento econômico, agrícola, comercial e industrial, dessas diversas regiões. Na realidade, observa LUCIEN FÉVRE, “é o Estado que cria a capital. Sua prosperidade cria a prosperidade, sua decadência acarreta a da cidade que escolheu, como cabeça”, segundo se pode elucidar, entre nós, com o exemplo frisante de Manaus que se desenvolveu notavelmente com a produção e a alta da borracha no Amazonas, para estagnar, por longo tempo, com a crise dessa exploração. Das cinco cidades, capitais políticas, no planalto central, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Cuiabá e Goiânia — de todas a mais nova, e ainda em construção, — a de Belo Horizonte teve uma formação original que se acusa na beleza geométrica de suas linhas, retas ou curvas, na vastidão magnífica das ruas, das praças e alamedas, e no luminoso estendal de parques e jardins. Velha aspiração dos inconfidentes que já sonhavam em Vila Rica com a mudança da capital de Minas para São João d’El-Rei, “por ser essa vila mais bem situada”, a idéia da mudança da capital ventilhada dez anos depois da Independência; tentada em 1843 pelo General ANDRÉIA, barão de CAÇAPAVA, então presidente da província; novamente discutida, em 1852, quando governava Minas o Dr. JOSÉ RICARDO DE SÁ RÊGO, defendida com ardor pelo padre PARAÍSO na Assembléia

Legislativa, triunfa afinal em 1893, depois da campanha a que estão ligados os nomes de ALEXANDRE STOCKLER e JOÃO PINHEIRO, com a Lei n.º 3 adicional à Constituição do Estado. E, em menos de 4 anos, começada a construir em 1893 e inaugurada em 12 de dezembro de 1897, surge a nova cidade, no descampado entre a serra da Contagem e a do Curral, aberto para horizontes largos, a que deve o seu nome, e, por um dos lados, para o pico da Piedade, — “velha mira dos primeiros bandeirantes” Em pouco mais de 40 anos a nova cidade, à qual se transferiu da legendária Outro Prêto a capital de Minas, e que guarda intactas as tradições intelectuais de Vila Rica, expande-se, enriquece-se, apura-se e se aformoseia, ultrapassando com seus 200 mil habitantes a moldura circular em que a pretendeu encerrar a pléiade dos seus construtores, a quem, nas próprias expressões de AARÃO REIS, um dêles e o chefe de todos, se confiara “a missão quase taumatúrgica de dotar o Estado com uma cidade, — verdadeiro conto de fadas”.

“Que estamos muito longe de uma civilização tipicamente urbana, ainda no planalto centro-sul, não há sombra de dúvida aí está para prová-lo o fato de que, de tôdas as cidades capitais, do litoral e do interior, sômente duas já ultrapassaram de muito 1 milhão de habitantes e apresentam caracteres novos e distintivos das metrópoles modernas. Essas cidades que se tornaram cosmopolitas e nas quais a indústria já passa ao primeiro plano, são o Rio e São Paulo, grandes centros manufatureiros: o Rio de Janeiro que se tornou a mais importante cidade do país, porque é o centro não só de uma vida econômica intensa, mas de uma vasta administração, e São Paulo, porque, sendo o maior produtor de café, desde 1886, se tornou em seguida o maior parque industrial do Brasil, com a vantagem de ter a seu serviço, a menos de 60 quilômetros, um pôrto de mar, em Santos. Ainda mais se a cidade é, na sua origem, o produto de uma diferenciação entre a lavoura que cultivava a terra, e um grupo de artesões, comerciantes e industriais, estabelecidos no centro dêsse campo, estendendo-se mais tarde as relações comerciais e entrando em contacto as diferentes cidades, dessa aproximação e dêsse contacto resultam entre elas especializações novas. Ora, não sômente não se formaram ainda, a não ser em São Paulo, compactas concentrações industriais como também não passa de um esboço de divisão industrial do trabalho o processo de “especialização ou diferenciação” das principais cidades manufatureiras. A desproporção do número e da importância de grandes cidades, na costa, em relação às maiores, do interior, aliás próximas tôdas do litoral, como Belo Horizonte, ligada ao Rio, São Paulo a Santos, Curitiba a Paranaguá, mostram que permanece voltada para o Atlântico e sujeita a tôdas as influências externas a civilização nacional. Mas não há país que tenha nascido de si mesmo, ou que, para nascer, crescer e constituir-se, tenha podido eximir-se de influências exteriores. “O choque vem de fora, escreve VIDAL DE LA BLACHE. Nenhum país civilizado é o artifice exclusivo de sua própria civilização. Ou, ao menos, não pode engendrar senão uma civilização limitada, como um relógio que, depois de algum tempo de marcha, pára logo. É preciso, para que se eleve a um grau superior de desenvolvimento, que a sua vida esteja em comunicação com a de um domínio mais vasto que o enriqueça com a sua substância e que nêle infiltre novos fermentos” Essa circulação de seiva e de correntes de vida e de renovação se faz pelas grandes cidades que, sendo essencialmente centros de trocas e desenvolvendo-se com as trocas comerciais, são os focos incontestados do progresso: é nelas, como já ponderava E. DURKHEIM, que “a influência modeladora da idade desce ao minimum, a tradição tem menos império sôbre os espíritos, e é nelas que as idéias, modas e costumes, necessidades novas se elaboram para se espalharem em seguida pelo resto do país”.

A Cultura Brasileira é um belo livro que deve acompanhar, em seus estudos, o sociólogo, o geógrafo, o historiador de nosso país, porque apresenta, não apenas uma fonte de informações, um repertório de notas (que constituem, no rodapé, pequenos estudos de notável interesse), mas também um ponto de referência de nossa cultura no tempo. Durante muitos anos a vir, ainda permanecerá como o modelo do que de melhor se tem escrito neste sentido. FERNANDO DE AZEVEDO não foi ambicioso, não procurou *analisar* nossa civilização; ao contrário, tentou uma *síntese*, tentou e conseguiu: esta síntese magistral ficará marcando pontos de partida para a análise em diferentes setores, cada um dos capítulos é o esboço sintético sugestivo de uma monografia, de um livro, de uma obra. Cabe agora à nossa elite intelectual tirar proveito do que FERNANDO DE AZEVEDO fez pelo Brasil.

D de C.